

AEROPORTOS Anac fará sessão sobre a 7ª Rodada de Concessões ▶ **p3**

ITAJAÍ Avançam obras da primeira fase da construção da Rua do Porto ▶ **p5**

BELÉM Nova logística é utilizada para exportar madeira ▶ **p6**



Porto Guará aguarda licença do Ibama para sair do papel

Empreendimento privado complementar ao Porto de Paranaguá (PR) está entre os terminais cuja construção já foi autorizada pelo Minfra ▶ **p6**

EDITORIAL

Oportunidades e cuidados

A pandemia de covid-19, inclusive em seus mais recentes surtos, tem afetado o transporte global de cargas. O principal impacto - aquele com efeitos de maior alcance - é o caos logístico gerado.

Com mais ondas de infecção do novo coronavírus em cidades portuárias chinesas, esses complexos marítimos acabaram reduzindo drasticamente suas operações e, em alguns casos, até foram bloqueados. Com isso, milhares de contêineres acabaram retidos e sua logística mundial está fortemente atrasada.

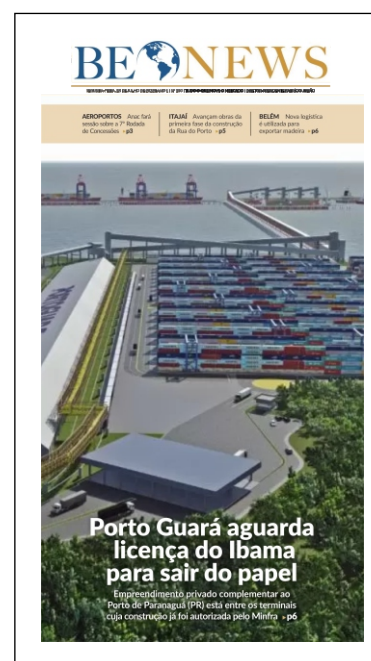
Como resultado, várias operações de transporte que dependiam de contêineres têm se reinventado e buscado novas soluções logísticas. É o caso do embarque de toras de teca em um navio break bulk (destinado à carga fracionada) neste mês, no Porto de Belém. Nesta exportação, as toras foram colocadas nos porões do navio. Tradicionalmente, esse tipo de mercadoria é transportada com a madeira acondicionada em contêineres.

Enquanto perdurar esse caos logístico, com a falta de contêineres - e segundo especialistas, esse cenário só deve ser normalizado no segundo semestre do próximo ano - importadores e exportadores devem estar atentos e explorar novas soluções logísticas, buscando compensar a ausência desses contentores. Muitas vezes isso envolverá mudar radicalmente a operação, o que pode elevar seus custos. Mas também pode ser a oportunidade de se descobrir novas formas de transportar a mercadoria.

Esse período não deve ser de adaptação apenas para as empresas que atuam no comércio exterior. Cabe às autoridades acompanhar essas novas atividades e garantir que não há explorações ou exageros de custos pelas partes envolvidas. Enfim, este é um período crítico para quem depende do contêiner para movimentar seus produtos. E inovações devem ser feitas, com criatividade e bom senso, por parte dos operadores, e tendo o acompanhamento atento das autoridades, para se coibir abusos. E um momento em que oportunidades podem surgir e o mercado deve estar preparado para explorar o melhor delas.

NESTA EDIÇÃO

FOTO
Divulgação



▲ CAPA

6 Porto privado em Paranaguá (PR) aguarda licença ambiental para sair do papel

HUB

3 Recuperação das exportações de café depende de solução logística, diz Cecafé

NACIONAL

3 Anac realiza sessão pública sobre a 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias

4 Governo faz pesquisa com transportadores para revisar pisos mínimos de frete

Exportação de milho para a China pode começar antes do fim do ano, diz Abramilho

REGIÃO SUL

5 Avançam obras da construção da Rua do Porto, em Itajaí (SC)

REGIÃO NORTE

6 Falta de contêineres resulta em nova logística para exportar madeira via Porto de Belém (PA)



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,
Santos, São Paulo
11075-000, BR

www.portalbenews.com.br

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Entre em contato pelo e-mail publicidade@portalbenews.com.br



**LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES**
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Café 1

Os produtores brasileiros exportaram 39,589 milhões de sacas de 60 quilos (2,37 milhões de toneladas) de café na safra 2021/2022 (encerrada em junho), registrando uma queda de 13,3% em relação ao exercício anterior. A expectativa do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) é que a atual safra deve terminar com alta, mas esse resultado dependerá das condições logísticas desse mercado - especificamente a oferta de navios e, em especial, de contêineres para viabilizar esses embarques.

Café 2

De acordo com o presidente do Cecafé, Günter Häusler, a qualidade do café colhido na atual safra é melhor, devido às condições climáticas dos últimos meses. E o volume será maior do que obtido na safra anterior. Mas não será dessa vez que a produção baterá o recorde registrado em 2020. Segundo o diretor técnico do Conselho, Eduardo Heron, "pelo volume estimado pela Conab, teoricamente, o volume seria melhor... O preocupante para nós é a questão da pandemia afetando a logística. Se esse cenário não impactar, teremos café para embarcar".

Café 3

O temor do setor é que a oferta de contêineres para a exportação de café só deve ser normalizada no segundo semestre do próximo ano - desde o início da pandemia, devido aos frequentes fechamentos de portos asiáticos por surtos de covid-19, contêineres ficaram contidos nesses complexos e seu fluxo logístico ainda não foi totalmente atualizado. Com isso, os exportadores de café têm adotado outras estratégias para enviar sua produção ao destino final, como embarcá-los em big bags (grandes sacos, em tradução livre) nos porões de navios break bulk.

Café 4

Essas soluções provisórias já mostram seus efeitos. No mês passado, o Brasil exportou 3,144 milhões de sacas, 2,1% a mais do que em junho de 2021. Em relação ao valor desses carregamentos, a receita aumentou 69,9%, US\$ 733,8 milhões. Na última safra, o resultado foi de US\$ 8,11 bilhões, 38,7% de alta em relação à anterior - um crescimento impulsionado pela elevação dos preços das commodities.

Anac realiza sessão pública sobre a 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias

Objetivo é esclarecer dúvidas e realizar simulações do leilão que acontecerá no dia 18 de agosto

Divulgação/Infraero



A grande atração da 7ª Rodada será aeroporto de Congonhas (SP), o segundo mais movimentado do País e por onde passam cerca de 22,7 milhões de passageiros por ano

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) realiza nesta sexta-feira (22), na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, uma sessão pública para esclarecer dúvidas sobre os procedimentos do leilão da 7ª rodada de concessões de aeroportos.

No encontro haverá simulação com lances aleatórios e espaço para a manifestação de dúvidas sobre a dinâmica do leilão. Os interessados em participar presencialmente da sessão de esclarecimentos deverão encaminhar seus dados pessoais até o próximo dia 20 para o e-mail leiloes@b3.com.br. Devido à limitação de capacidade do auditório, as inscrições para a sessão pública estarão limitadas a um total de 100 pessoas. O acesso ao local deverá ocorrer 30 minutos antes do horário marcado para o início.

A 7ª rodada de concessões irá leiloar em blocos 15 ae-

roportos nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste. Ao todo, as concessões atingem 15,8% dos passageiros domésticos movimentados no mercado brasileiro de transporte aéreo.

A joia da coroa do leilão será o aeroporto de Congonhas (SP), que é o segundo mais movimentado do País e por onde passam cerca de 22,7 milhões de passageiros por ano. O investimento previsto nos estudos para este terminal chega a R\$ 3,4 bilhões, quase metade do valor esperado para a rodada.

Consultas públicas

Já a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) iniciará nesta segunda-feira (18) a consulta pública 08/2022, que trata das contribuições para a proposta de padronização da estrutura de serviços prestados pelos terminais de contêineres. A regra também definirá as diretrizes para os serviços inerentes, acessórios ou complementares.

A resolução se aplica aos operadores portuários e às

instalações portuárias que movimentam ou armazenam cargas containerizadas, nas modalidades de arrendamento e de autorização, incluindo as retroáreas dentro do porto organizado. A consulta será até o dia 31 de agosto. Ainda não foi definida a data de audiência pública.

Também na segunda-feira, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) inicia a consulta pública 07/2022, sobre a concessão da BR-381/MG. Serão colhidas contribuições às minutas de edital e contrato, ao programa de exploração da rodovia e aos estudos de viabilidade.

O trecho em Minas Gerais, com extensão de 304 km, tem início em Belo Horizonte, no entroncamento com a BR-262/MG (para Sabará), até o entroncamento com a BR-116/MG (Governador Valadares). Pela rodovia circulam produtos agrícolas, pecuários, de mineração e industriais.

O período de contribuições será de 18 deste mês até 8 de agosto. Já a audiência pública ficou marcada para o dia 3

de agosto. Após a realização da consulta, a proposta será encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU). A expectativa do Ministério da Infraestrutura é de realizar o leilão em novembro deste ano.

TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza nesta quarta-feira (20) a sua sessão presencial de plenário. O ministro Bruno Dantas relata uma auditoria operacional sobre o processo de devolução de trechos ferroviários concedidos.

O ministro Augusto Nardes traz um acompanhamento das atividades realizadas pela ANTT no âmbito da Fase III da 3ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais - Procrofe - na parte de verificação dos requisitos indispensáveis para o início da cobrança do pedágio.

O ministro Jorge Oliveira apresenta parecer sobre embargos de declaração contra a decisão que negou andamento de reconsideração de superfaturamento nas obras do Aeroporto de Vitória (ES).

NACIONAL

Governo faz pesquisa com transportadores para revisar pisos mínimos de frete

Os dados compilados serão aplicados na próxima revisão, prevista para janeiro de 2023

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A Empresa de Planejamento e Logística S/A (EPL), vinculada ao Ministério da Infraestrutura, está realizando, em parceria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), uma pesquisa eletrônica para revisar a tabela de pisos mínimos de frete do transporte rodoviário de cargas. Os dados compilados serão aplicados na próxima revisão, prevista para janeiro do próximo ano.

Empresas, cooperativas e transportadores autônomos podem contribuir com a pesquisa, respondendo ao questionário até o dia 20 deste mês, no endereço eletrônico pesquisa.epl.gov.br.

As perguntas tratam de temas como a quantidade de horas semanais trabalhadas pelos motoristas, velocidade média das viagens, rendimento



O questionário relaciona custos do transporte de cargas em geral, horas trabalhadas, velocidade média das viagens, entre outros temas

do combustível e até mesmo o número de lavagens feitas nos veículos. O tempo médio para completar o formulário é de cinco minutos.

Além do questionário, a estatal realizará entrevistas por telefone, por todo o Brasil, para

coletar o preço médio de todos os insumos necessários para as operações, como pneus e óleo de motor. Custos com licenciamentos e tributos também serão levantados.

A pesquisa integra a metodologia da Política Nacional de

Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, instituída por meio da Lei 13.703/2018, que estabelece o valor mínimo a ser pago por quilômetro. A tabela de fretes é publicada semestralmente pela ANTT.

Conforme o artigo 6º da

EMPRESAS, COOPERATIVAS E TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS PODEM CONTRIBUIR COM A PESQUISA, RESPONDENDO AO QUESTIONÁRIO ATÉ O DIA 20 DESTE MÊS

Lei nº 13.703/2018, o processo de fixação dos pisos mínimos deverá ser técnico, ter ampla publicidade e contar com a participação de representantes de embarcadores, de contratantes de fretes, de cooperativas de transporte de cargas, de sindicatos de empresas de transportes e de transportadores autônomos de cargas.

De acordo com a ANTT, com a tabela de pisos mínimos “pretende-se que os fretes praticados sejam suficientes para cobrir, minimamente, os principais custos arcados pelos transportadores para o exercício da atividade”.

Exportação de milho para a China pode começar antes do fim do ano, diz Abramilho

Segundo o Ministério da Agricultura, ainda faltam ajustes técnicos para o início dos embarques

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

As exportações de milho para a China podem começar antes do final do ano, segundo declarou o presidente de assuntos institucionais da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), Cesário Ramalho da Silva. A comercialização do grão é negociada em um acordo de permissão entre o país asiático e o Brasil, mas ainda faltam ajustes para dar início aos embarques.

Ramalho comentou sobre as exportações de milho após o porta-voz da Administração Geral de Alfândegas da China, Li Kuiwen, anunciar na última semana, em Pequim, a intenção do governo em assinar o acordo com o Brasil. Para o país asiático, o produto brasileiro é uma alternativa ao milho dos Estados Unidos em meio à busca para substituir as



Para a China, milho brasileiro é uma alternativa ao produto dos Estados Unidos em meio à busca para substituir as importações da Ucrânia

importações da Ucrânia, que está em guerra com a Rússia.

O representante da Abramilho deu essa declaração durante coletiva de imprensa sobre o Global Agribusiness Forum, que será realizado nos dias 25 e 26, em São Paulo (SP). Segundo ele, o cronograma de

exportação do grão foi fornecido por funcionários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Procurado, o ministério confirmou apenas que as negociações com a China estão concluídas desde maio, sem informar sobre a previsão de em

barque do milho. “Conforme anunciado durante a última reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), os governos brasileiro e chinês concluíram as negociações de atualização do protocolo para exportações de mi-

lho brasileiro para a China, bem como de protocolo que permitirá o início das exportações de amendoim brasileiro”, informou.

O Mapa acrescentou que faltam ajustes para concluir o processo, sem citar quais são. “As equipes técnicas dos dois países têm mantido interlocução com o objetivo de concluir os procedimentos técnicos que permitirão o início das exportações”, afirmou o ministério em nota.

Ramalho disse que o Brasil ainda aguarda a aprovação da China sobre alguns tipos de milho transgênico, produtos estes que são autorizados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

O presidente institucional da Abramilho ressaltou a importância do milho como principal insumo para o setor de carnes, pontuando que a demanda por proteína animal em nível mundial só cresce, o que, inevitavelmente, demandará mais volumes do grão.

Avançam obras da construção da Rua do Porto, em Itajaí (SC)

Três imóveis foram demolidos em projeto que visa eliminar conflitos causados por trânsito de caminhões e abrirá espaço para território portuário

Marcos Porto/Prefeitura de Itajaí



O trabalho está sendo feito em etapas e em parceria técnica entre a prefeitura da cidade e a Autoridade Portuária que administra o complexo

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A última quarta-feira (13) foi marcada pela demolição de três imóveis entre as ruas Escoteiro Júlio César de Medeiros e Izabel Ramos Fabeni, no bairro São João, em Itajaí (SC). A ação faz parte da primeira fase da construção da Rua do Porto, projeto que eliminará os conflitos causados pelo trânsito de caminhões de contêineres na região e demarcará a expansão, em mais de 300 mil metros quadrados, da área primária de movimentação e armazenagem de cargas no Porto de Itajaí.

O trabalho está sendo feito em etapas e em parceria técnica entre a prefeitura da cidade e a Autoridade Portuária que administra o complexo. Os primeiros passos da obra foram consolidados em outubro de 2021 com a desapropriação, aquisição e demolição

de imóveis no espaço que dará lugar à nova rua. Esta primeira fase é de responsabilidade da prefeitura, que investiu R\$ 54 milhões, com recursos próprios do município, para realizar os serviços.

Para a próxima etapa estão previstas a construção de ciclovias, espaços públicos urbanizados, ligação viária entre as avenidas Marcos Konder e Irineu Bornhausen (também conhecida como Caninana), seis pistas e faixa exclusiva para ônibus. Esta fase será licitada e custeada com recursos do financiamento internacional (Fonplata), orçada em R\$28,7 milhões. A intenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação é enviar o projeto para licitação ainda neste mês.

“Essa obra contempla a Itajaí do futuro. Uma cidade com qualidade de vida para os cidadãos, projetada para a mobilidade urbana sustentável. Servirá também para melhorar a relação do Porto com a cidade, pois delimitará a expansão da área retroportuária, condição fundamental

A PRIMEIRA FASE DA OBRA É DE RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA, QUE INVESTIU R\$ 54 MILHÕES, COM RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO, PARA REALIZAR OS SERVIÇOS

para que o Porto continue sendo competitivo”, disse o prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni.

DETALHAMENTO

Ao ligar as avenidas Marcos Konder, no Centro de Itajaí, e Irineu Bornhausen, no São João, a obra vai melhorar a mobilidade urbana, proporcionar segurança e resolver um dos principais gargalos do

trânsito. O projeto prevê trecho exclusivo para o acesso de cargas e veículos pesados ao Porto de Itajaí e cria o espaço necessário para triplicar a área primária em mais de 300 mil metros quadrados.

Com seis pistas e faixa exclusiva para ônibus, a Rua do Porto terá mais de 50 mil metros quadrados de pavimentação em asfalto e irá da avenida Marcos Konder, no cruzamento com a rua Silva, até a avenida Irineu Bornhausen, no cruzamento com a rua Max. A nova via cruzará as ruas Tijucas, Capitão Adolfo Germano de Andrade, Felipe Reiser e Pedro Antonio Fayal.

O projeto também implantará 14 mil metros quadrados de passeios e ciclovias, sistema de drenagem pluvial, arborização e iluminação pública.

Além da ampliação portuária, o projeto se interliga a outras obras de mobilidade e transformações estruturais em Itajaí. A Rua do Porto será o ponto de chegada da segunda etapa da Via Expressa Portuária e ponto de partida para

interligação subterrânea entre Itajaí e Navegantes, por meio de um túnel.

Autoridade Portuária

Na próxima etapa, ao norte da Rua do Porto, serão construídos os muros da área primária de armazenagem de cargas, obras de responsabilidade da Autoridade Portuária.

A Superintendência do Porto de Itajaí também trabalha na aquisição de outros imóveis para que se possam substituir os trechos das ruas Coronel José Eugênio Müller e Blumenau pelo projeto da nova via. Com as desapropriações, o espaço será triplicado para aumentar a capacidade de armazenagem de contêineres.

“Esse projeto é uma prova concreta do sucesso do modelo adotado em Itajaí com a Autoridade Portuária Pública Municipal. O Porto ganha eficiência na ampliação de sua área primária e os cidadãos se beneficiam com maior qualidade de vida ao diminuir as distâncias e tempo no trânsito”, defende o prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni.

REGIÃO SUL

Porto privado em Paranaguá (PR) aguarda licença ambiental para sair do papel

Ministério da Infraestrutura autorizou, no final do mês passado, a construção de seis novos TUPs no Brasil, entre eles o Porto Guará

Caio Felix Leal/SEIL

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O Porto Guará, empreendimento privado que será complementar ao Porto de Paranaguá (PR), depende agora apenas da licença ambiental, já solicitada ao Ibama, para sair do papel, já que o Ministério da Infraestrutura (Minfra) autorizou, no final do mês passado, a construção de seis novos portos marítimos de uso privado (TUPs) no Brasil, entre eles o Guará.

O investimento previsto é de R\$ 5,6 bilhões e a movimentação estimada nos primeiros anos de operação é de 26,5 milhões de toneladas por ano. Segundo a companhia, serão investidos R\$ 1,9 bilhão na primeira fase da construção. O projeto também tem participação dos grupos Novo Oriente Participações e FAR.

O consultor técnico do projeto é Luiz Henrique Tessuti Dividino, que foi superintendente do Porto de Paranaguá por seis anos, entre 2011 e



Com o projeto em operação, os portos do Paraná devem ter a capacidade de movimentação elevada para mais de 80 milhões de toneladas/ano

2017, e tem mais de 30 anos de experiência no setor.

PROJETO

A fase inicial da obra prevê a construção de terminais graneleiros ligados ao cais de atracação, por onde serão movimentados graneis sólidos para exportação, como soja, farelos, milho e açúcar. E graneis sólidos de importação – trigo, cevada, malte e fertilizantes. A conclu-

são desta primeira etapa deve acontecer entre 2025 e 2026.

O complexo do Porto Guará foi planejado para ser executado em quatro fases e deve ter sua implantação concluída em 10 anos, com a inclusão da estrutura para movimentação de contêineres.

A proposta também abrange um complexo logístico rodoviário, integrado ao complexo portuário, com pátio de

caminhões e terminal de trens.

A área total onde o porto será construído tem 2 milhões de metros quadrados, dos quais 40% serão preservados. A área operacional ocupará 1,2 milhão de metros quadrados. Serão disponibilizados ainda 21 km de ferrovias permanentes, formando assim a maior pera ferroviária do Brasil (um pátio em formato circular para agilizar as operações).

Com o projeto em operação, os portos do Paraná devem ter a capacidade de movimentação elevada para mais de 80 milhões de toneladas/ano.

Em relação aos empregos, a expectativa é gerar 3 mil postos diretos, mas ao considerar a área de influência e atratividade para novas empresas na região, o potencial sobe para 10 mil novas vagas de trabalho em Paranaguá.

TUPs

Além do Porto Guará, outros terminais autorizados pelo Minfra são os portos de Ponta das Pedras (PA), Santos (SP), Santarém (PA) e Manaus (AM). O investimento total previsto é de R\$ 10,5 bilhões, sendo o mais robusto no Paraná.

Dentre os acordos firmados, a maioria tem o objetivo de construir novos terminais, em áreas conhecidas como greenfields. As novas construções vão permitir a ampliação da capacidade de armazenamento de graneis sólidos, líquidos e gasosos, cargas gerais e contêinerizadas, além da oferta de serviços.

REGIÃO NORTE

Falta de contêineres resulta em nova logística para exportar madeira via Porto de Belém (PA)

Foram embarcadas 15,2 mil toneladas de toras de teca como carga fracionada na primeira operação deste tipo no complexo paraense

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O Porto de Belém (PA) registrou neste mês a primeira operação de embarque de toras de teca em navio break bulk (carga fracionada). A solução para movimentar madeira vem justamente no momento em que o setor logístico enfrenta os desafios impostos pela pandemia, que resultaram em escassez de contêineres com o reaquecimento da economia global. Antes, cargas de madeira eram exportadas em contêineres pelo Porto de Vila do Conde, em Barcarena, no mesmo estado.

Ao todo, foram movimentadas 15,2 mil toneladas do produto com destino ao Porto

A SOLUÇÃO PARA MOVIMENTAR MADEIRA VEM JUSTAMENTE NO MOMENTO EM QUE O SETOR LOGÍSTICO ENFRENTA OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA PANDEMIA, QUE RESULTARAM EM ESCASSEZ DE CONTÊINERES COM O REAQUECIMENTO DA ECONOMIA GLOBAL

de Kandla, na Índia, em viagem que deve durar 40 dias e está sendo feita pelo navio MV Liberator, que zarpará do Porto de Belém após sete dias de operação.

O navio break bulk costuma ser utilizado no transporte



Ao todo, foram movimentadas 15,2 mil toneladas do produto com destino ao Porto de Kandla, na Índia, em viagem que deve durar 40 dias

de cargas em sacos, caixas, engradados, tambores, barris e pouco perecíveis. A vantagem deste tipo de operação é que ela atende a demanda de transporte de vários clientes com o objetivo de "rachar" o frete.

A madeira exportada pela

movimentação inédita foi produzida pela Teak Resources Company (TRC), e a operação portuária é do Grupo Atlântica Matapi.

"A TRC manifestou as dificuldades que encontrou para a exportação. A gente conseguiu

colocar uma solução logística que agradou, fechou a conta. O desafio é grande, mas acho que com planejamento e contrato de longo prazo, a tendência é equalizar e trazer uma posição muito favorável a todos nós", explicou Tiago Pinto, vice-presidente do Atlântica Matapi.

André Gonçalves, consultor da RA Comex Trading, empresa de soluções logísticas que opera no porto, afirmou que é um fluxo que nunca havia acontecido no Pará.

"A gente conseguir, de forma pioneira, efetivar isso dentro do nosso estado, dentro da nossa cidade, onde o porto não estava mais sendo trabalhado, é realmente um projeto que abre portas e mostra que o Porto de Belém ainda tem condições de trabalhar e de abrigar muito o movimento de carga", comentou.